

EMILIA PIETRAFESA DE GODOI  
MARILDA APARECIDA DE MENEZES  
ROSA ACEVEDO MARIN  
(Orgs.)

# Diversidade do campesinato: expressões e categorias

Estratégias de  
reprodução social

volume 2



editora  
unesp

# 7

## DESENVOLVIMENTO DO EXTRATIVISMO DO AÇAÍ E MUDANÇAS NA SOCIOECONOMIA DE RIBEIRINHOS MARAJOARAS\*

---

José Antônio Magalhães Marinho

### INTRODUÇÃO

O extrativismo do açaí é uma atividade praticada secularmente na Amazônia e atualmente apresenta grande dinamismo nessa região (Mourão, 1999). Todavia, até pouco tempo, essa atividade voltou-se basicamente para o auto-consumo, razão pela qual as concentrações de açazeiros (*Euterpe oleracea* Mart.) eram pouco alteradas pela ação humana, visto que a abundância natural desses palmeiras garantia a quantidade de frutos necessária ao atendimento das necessidades domésticas. Assim, o manejo restringia-se basicamente às touceiras ou “toiceiras”<sup>1</sup> dos quintais, onde os frutos geralmente eram coletados.

Esta dinâmica, no entanto, começa a mudar com a progressiva demanda do açaí para o mercado, verificada no decorrer das três últimas décadas. Neste período, além das motivações vinculadas historicamente à sua importância alimentar (valor de uso), a extração desse fruto passa a ser determinada cada vez mais por interesses de natureza econômica (valor de troca), decorrentes da ampliação do seu comércio (Nascimento, 1999). Isto fez que em diversas áreas do estuário amazônico o açaí se tornasse uma das principais fontes de renda, sobretudo com o declínio de outras atividades agroextrativistas tradicionais.

---

\* Este artigo traz, de maneira sucinta, algumas questões discutidas a fundo em dissertação recentemente apresentada ao curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento do Naea/UFGA, sob orientação da Prof. Dra. Rosa E. Acevedo Marin.

<sup>1</sup> Esta expressão é usada pelos extratores do rio Pracuúba. Por esta razão, será privilegiada neste trabalho, até porque se refere aos açazais localizados nesse rio.

No médio rio Pracuúba, na Ilha de Marajó, a memória social informa que, há pouco mais de duas décadas, a extração desse fruto para fins comerciais era pouco desenvolvida. Isso porque os primeiros circuitos comerciais desse produto, apesar de remontarem à década de 1940, eram limitados. Além do mais, eram associados aos circuitos de comercialização da borracha, do arroz (*Oryza sativa* L.) e da banana (*Musa* sp. div.), produtos importantes economicamente na época e que eram negociados com base no escambo e nas relações de patronagem típicas do sistema de aviamento.

Todavia, o posterior enfraquecimento dessas relações, acompanhado do crescente interesse de mercado pelo açaí, possibilita a emergência de um novo ambiente econômico. Neste, cada vez mais, em lugar da exclusividade típica das relações de aviamento, a comercialização desse fruto passa a se definir na esfera da concorrência. Com isso, a liberdade de compra e venda e as transações comerciais monetarizadas também começam a prevalecer.

Por sua vez, refletindo esse movimento de valorização do açaí, verificam-se também sensíveis mudanças na interação dos ribeirinhos com a natureza. O crescente interesse por esse fruto estimula cada vez a intervenção humana na composição florística das áreas inundáveis. Isto com o intuito de favorecer o desenvolvimento e a ampliação dos açaizais. Em consequência, esses palmeirais passam a dominar a paisagem, manifestando formalmente a crescente importância desse recurso.

Nesse contexto, observa-se que a emergência da economia do açaí contribuiu para estabelecer importantes mudanças nas relações ecológicas e socioeconômicas no médio rio Pracuúba. Em decorrência deste fato, a questão principal que se discute é até que ponto essas mudanças romperam com aquelas relações tradicionais verificadas no desenvolvimento inicial dessa economia e como se vêm projetando no âmbito das interações homem-natureza, por meio da atividade do manejo.

Esses aspectos carecem ainda de uma apreciação mais pormenorizada, sob risco de se incorrer facilmente em simplificações. Com este intuito, o que segue é uma rápida discussão sobre algumas interpretações do extrativismo vegetal na Amazônia. Em seguida, resgatam-se alguns fragmentos históricos que vêm marcando a exploração do açaizeiro no estuário amazônico. Faz-se, então, uma abordagem do desenvolvimento da economia do açaí no médio rio Pracuúba. Por fim, intenta-se uma descrição analítica da realidade concreta da extração e do manejo, bem como das relações socioeconômicas imanentes a essas atividades e à comercialização do açaí.

## ALGUMAS INTERPRETAÇÕES SOBRE O EXTRATIVISMO VEGETAL NA AMAZÔNIA

O extrativismo vegetal na Amazônia vem se desenvolvendo historicamente por dois processos de obtenção de recursos: a coleta e o aniquilamento.

No primeiro processo, a extração é fundamentada na coleta de produtos florestais, maneira pela qual a integridade da planta-matriz é mantida. A obtenção pelo aniquilamento, por sua vez, ocorre quando a fonte geradora do recurso é abatida ou quando a velocidade de regeneração desta fonte se mostra inferior à capacidade de extração (Homma, 1992; Allegretti, 1994). Como exemplos de extração por coleta e por aniquilamento destacam-se o extrativismo da seringa e da madeira, respectivamente.

Ainda de acordo com esses autores, nessa região existem algumas espécies cuja extração pode ocorrer tanto por aniquilamento quanto por coleta. Um dos exemplos mais conhecidos é observado na exploração do açazeiro, palmeira da qual se pode obter o açaí, pelo processo de coleta, e o palmito, por meio do aniquilamento. A intensificação da extração por aniquilamento pode, entretanto, reduzir drasticamente a coleta, uma vez que a planta matriz é inevitavelmente abatida. Mas isto será visualizado com mais clareza a seguir. Antes, é necessário evidenciar, ainda que sucintamente, algumas interpretações que vêm polarizando as discussões sobre a viabilidade ambiental e socioeconômica do extrativismo vegetal na Amazônia.

Nesse quadro, especialmente nas últimas décadas, merece destaque um conjunto de interpretações que tem apontado não só as limitações, mas o próprio fim do extrativismo vegetal nessa região. De acordo com essas interpretações, tal atividade constitui um dos grandes males que, além de impedir o desenvolvimento socioeconômico regional, gera e reproduz a pobreza, pois, ao não estimular a modernização dos processos produtivos, contribui para a manutenção de relações socioeconômicas injustas (Benchimol, 1992; Homma, 1992; Amin, 1997). Todavia, esse viés interpretativo tem sido alvo de muitas críticas relacionadas mormente ao caráter simplificado com que se tem abordado essa atividade.

Uma das principais limitações apontadas neste sentido refere-se ao próprio conceito de extrativismo adotado. De acordo com Rego (1999), o conceito que serve de base para essas interpretações restringe-se apenas à coleta de produtos naturais com produtividade baixa ou declinante. Por isso, essas abordagens encontram-se ainda presas ao dilema “extrativismo puro” ou “domesticação”. Em conseqüência, qualquer atividade de manejo, criação ou beneficiamento da produção, mesmo que dentro de um sistema produtivo e de um modo de vida extrativos, não constitui mais extrativismo, mas domesticação.

Todavia, nessa região, especialmente na esfera do extrativismo vegetal, a utilização desse conceito é indevida. Em primeiro lugar, porque se restringe ao aproveitamento dos estoques de recursos primitivos, sem a intervenção racional para ampliá-los (Rego, 1999). Todavia, como mostra este autor, apoiado em Diegues (1996), é sabido que grupos primitivos contribuíram

para a própria biodiversidade da floresta amazônica, introduzindo espécies nativas e exóticas e praticando formas de manejo tradicionais que favoreciam o desenvolvimento das espécies úteis em detrimento das demais. Neste contexto, a opção pelo uso do conceito de “extrativismo puro” no estudo da extração vegetal na Amazônia conduz a interpretações enganosas, posto que a floresta dessa região já vem sofrendo intervenção humana há milênios.

Além do mais, a exploração econômica dos ecossistemas amazônicos ocorre também de maneira integrada. Nesses ecossistemas, a especificidade na exploração dos recursos renováveis reside não apenas no uso imediato (coleta de recursos animais e vegetais), mas nos usos mediatos (cultivos, criações e beneficiamento da produção). Estes são praticados, cada vez mais, por produtores autônomos e organizados e dentro dos valores e crenças das sociedades que habitam esses ecossistemas (Neto, 1997; Rego, 1999). Assim, na Amazônia, a apreensão do extrativismo pressupõe a inserção dessa atividade num universo em que a interação homem–natureza gera conhecimento empírico e simbólico capaz de orientar os diversos sistemas de manejo. É com base neste ponto de vista que se deve abordar a dinâmica atual da extração vegetal na região.

## O EXTRATIVISMO DO AÇAÍ NO ESTUÁRIO AMAZÔNICO

O açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) é uma palmeira nativa da Amazônia. Nessa região, encontra condições pedológicas e climáticas adequadas ao seu desenvolvimento e apresenta-se distribuída de maneira mais densa na área do estuário amazônico, na qual ocorre nas várzeas, geralmente em forma de toiceiras (Calzavara, 1972). Por isso, a extração do açaí é uma atividade influenciada tanto pela dinâmica das safras quanto pelas condições ambientais peculiares a esses ecossistemas varzeiros.

O aproveitamento desses açazais, efetuado por homens, mulheres e crianças, vem sendo feito historicamente de maneira integrada. Diversos estudos evidenciam que o açaí sempre foi utilizado para a produção de “vinho”, os estipes das palmeiras, quando amadurecidos, para a construção de casas rústicas, e as folhas, para coberturas e paredes provisórias, além do palmito, que também é amplamente aproveitado (Calzavara, 1972; Nogueira, 1997). Com isto, verifica-se que o açazeiro sempre foi apropriado em sua totalidade, fornecendo diversos produtos fundamentais para a sobrevivência humana no interior amazônico.

Contudo, até o final dos anos 60, o produto mais importante extraído dessa palmeira era o açaí. Tal importância decorria do fato de que o “vinho” desse fruto constituía elemento essencial na dieta das famílias que o

coletavam, além de ser eventualmente comercializado, adquirindo então o sentido de possibilidade de geração de renda (Mourão, 1999). Não obstante, a importância do açaí decorria muito mais do valor de uso, como alimento, do que do seu valor de troca, como meio de obtenção de renda.

A partir dessa época, entretanto, a crescente demanda pelo palmito redimensionou profundamente a exploração dos açaizais. Isto porque o abate das palmeiras passou a ser orientado, cada vez mais, por determinações exclusivamente econômicas. Em consequência, ensejou-se um intenso processo de devastação dos açaizais, pois o intuito da prática extratora visava abater o máximo de palmeiras possíveis, com a finalidade de abastecer as inúmeras fábricas palmitadeiras que atuavam livremente na área estuarina (Mourão, 1999). Com isto, em pouco mais de dez anos, uma séria crise socioeconômica e ecológica deflagrou-se em diversos municípios situados nessa área, onde tal processo se intensificava.

A atenuação desta crise só começou a partir de 1985, quando o estabelecimento de uma legislação disciplinadora da ação dessas fábricas permitiu a restauração gradativa do potencial produtivo dos açaizais. Isto é evidenciado em diversos estudos (Arzeni e Jardim, 2004; Grossmann et. al., 2004) que mostram que a extração do açaí se vem firmando progressivamente, até em antigas áreas onde a extração de palmito tomou feições extraordinárias, como nos municípios de Gurupá e Abaetetuba. Neste quadro, é possível afirmar que o extrativismo do açaí se reveste novamente de grande importância para a reprodução familiar no estuário amazônico.

Desta feita, porém, tal importância não decorre mais apenas do caráter alimentar (valor de uso), mas progressivamente da possibilidade de geração de renda monetária com a comercialização (valor de troca) desse fruto. De fato, atualmente, os circuitos comerciais desse produto tornaram-se muito mais abrangentes do que aqueles de outrora. Em estudo de 1995, Nascimento (1999) evidencia numerosas estruturas comerciais de açaí que interligam a cidade de Belém a diversos municípios do Marajó, baixo Tocantins, Guamá e outras localidades mais próximas. É da ampliação dessas estruturas comerciais e da influência do mercado que a economia do açaí se desenvolve no médio rio Pracuúba, como se observa adiante.

## A DINÂMICA DA ECONOMIA DO AÇAÍ NO MÉDIO RIO PRACUÚBA

O rio Pracuúba nasce nos extensos igapós da localidade Pau-de-rosa, em São Sebastião da Boa Vista, sul da Ilha de Marajó, e estende-se por esse município até a foz, onde deságua na margem esquerda do rio Pará. É um rio muito conhecido nas feiras urbanas devido ao expressivo volume de

açaí que coloca no mercado, o que faz de São Sebastião da Boa Vista um importante produtor desse fruto na Ilha. Em 2003, por exemplo, apenas na Feira e no Porto do Açaí, em Belém, foram comercializadas 229.754 rasas de açaí oriundas desse município, aproximadamente 5.877.350 kg de frutos. Em relação aos outros municípios da Ilha, apenas Ponta de Pedras superou esta produção nesse ano, com 391.490 rasas (9.787.000 kg) comercializadas nessas feiras (Secon, 2003).

Os açazais que conferem grande importância econômica ao rio Pracuúba, entretanto, não estão distribuídos uniformemente. Na verdade, estão localizados sobretudo no seu médio curso (Figura 7.1), que se estende, grosso modo, do vilarejo “Pedras” até a localidade “Jorité”. À jusante deste perímetro, esses palmeirais aparecem apenas em pequenas formações e, a montante, ocorrem de maneira esparsa, onde são explorados economicamente apenas no inverno, única época em que o escoamento da produção pode ser feito por via fluvial.

A ocupação humana nesse rio está diretamente relacionada à ocorrência dos açazais. Por isto, no seu médio curso, é mais densa. Nesse perímetro, em meados de 2004, estimou-se a presença de mais de 1.000 habitantes, os quais podem majoritariamente ser referidos como ribeirinhos – termo este utilizado amplamente na Amazônia para designar o campesinato que reside à margem das águas e vive da extração e do manejo de recursos florestais-aquáticos e da agricultura em pequena escala (Hiraoka, 1993).

Os ribeirinhos do médio rio Pracuúba apropriam-se dos açazais de maneira privada, o que permite o reconhecimento de certa heterogeneidade do ponto de vista socioeconômico entre eles. Isto se verifica na medida em que ao lado de “sem-terras” convivem grandes, médios e um numeroso contingente de pequenos “proprietários” de açazais. Concretamente, são esses atores que desenvolvem e organizam a extração e a comercialização do açaí, como será visto a seguir.

O incremento da economia desse fruto, entretanto, é recente nessa área. A memória social informa que até meados da década de 1970 o extrativismo da borracha, bem como o cultivo da banana e do arroz, constituíam as atividades econômicas mais importantes. Essas atividades agroextrativistas voltavam-se, em sua maior parte, para o abastecimento dos entrepostos comerciais de Santo Antônio e Cocal, que se localizavam em São Sebastião da Boa Vista, e o entreposto de Jararaca, situado no município de Muaná. Isto ocorria porque os grandes comerciantes donos desses entrepostos financiavam e/ou compravam essa produção interiorana, mediante o estabelecimento de relações peculiares ao sistema de aviamento.

Introduzido na Amazônia desde o período colonial, esse sistema fundamentado no adiantamento de mercadoria a crédito consolidou-se durante o apogeu da extração da borracha (Aramburu, 1994), quando os extratores

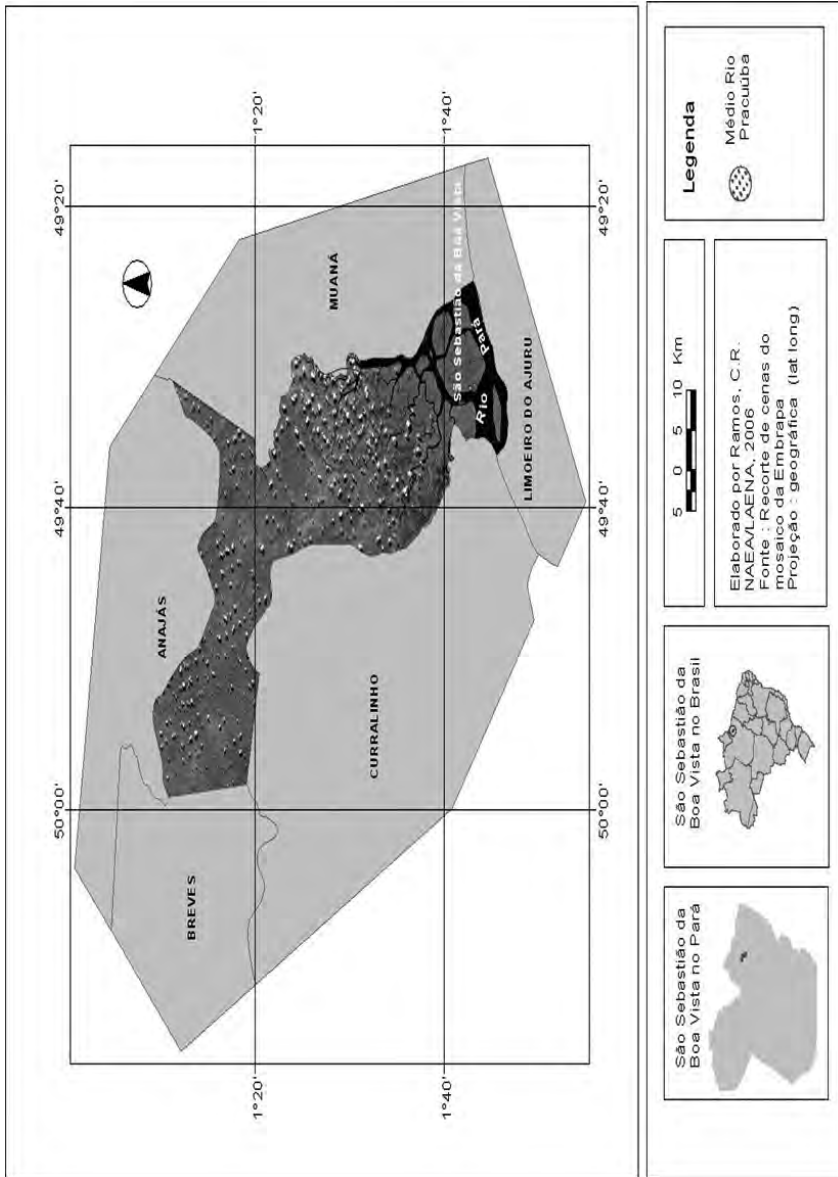


Figura 7.1. Mapa de localização do médio rio Pracubá em São Sebastião da Boa Vista.



recebiam mercadorias e utensílios de trabalho dos seringalistas, que eram comerciantes, para pagar com o látex que extrairiam no seringal. Como geralmente os bens adiantados eram supervalorizados em relação à produção extrativa, o extrator sempre ficava endividado e, assim, sob a vigilância dos patrões para que não fugisse e não desviasse a produção (Teixeira, 1980). A opressão e a exploração, portanto, eram as marcas desse sistema à época.

Daí, o aviamento passou a se remodelar, adquirindo um aspecto menos policial, o que não comprometeu a sua utilização no interior amazônico nem a manutenção de suas relações injustas. Pelo contrário, essas relações continuaram se reproduzindo, ainda que envoltas numa moralidade especial que caracterizava o sistema. Nesta, “a fidelidade comercial do freguês era um termo de uma relação na qual o outro termo eram as obrigações morais que os patrões tinham para com seus fregueses em casos de dificuldades” (Aramburu, 1994, p.83), ou seja, por meio dessa moralidade estabeleciam-se relações de poder nas quais, em troca da possibilidade de ajuda, o freguês era obrigado a negociar sua produção com o patrão, sob risco de perder o crédito e a confiança deste.

No bojo dessas relações é que a comercialização do açaí germina no médio rio Pracuúba. O primeiro agente a desenvolver essa atividade, de acordo com a memória social, enviava pequenos carregamentos de fruto para os entrepostos comerciais mencionados, onde também comercializava a sua produção de arroz e borracha. Ao final de cada quinzena, acertava as contas, ocasião em que recebia o pagamento da produção em forma de mercadorias como sal, cachaça, tabaco e até pirarucu salgado, ou seja, nesta época, a comercialização do açaí era desmonetarizada e baseava-se em relações de exclusividade, devido ao reduzido número de agentes econômicos interessados na compra desse fruto e à conseqüente falta de concorrência que isso acarretava.

A comercialização do fruto, grosso modo, permaneceu assim a até o final da década de 1960, quando começou a apresentar importantes redefinições. A principal delas materializou-se na ampliação do circuito comercial para Belém, o que, de um lado, contribuiu para expandir a demanda pelo fruto e, de outro, possibilitou o estabelecimento de transações com outros agentes econômicos, cujas práticas não obedeciam a nenhuma moralidade especial. Além disso, pagavam a produção em dinheiro. Em conseqüência, a economia do açaí dava um importante salto no sentido de se libertar das relações de aviamento, as quais também já começavam a dar sinais de enfraquecimento.

De fato, sobretudo a partir de meados da década de 1970, essas relações começaram a se enfraquecer em São Sebastião da Boa Vista. O que estava por trás dessa crise era o declínio dos entrepostos comerciais locais.

Sustentados em grande parte pela lucrativa exportação de madeira, esses entrepostos estavam sendo duramente atingidos por uma lei de 1974 que impedia a exportação desse produto em tora e, em particular, pelas mudanças no capitalismo mundial, que elevaram as taxas de juros e comprimiram drasticamente o tempo de pagamento dos empréstimos (Aramburu, 1994). Isto fez que os lucros e os financiamentos em longo prazo que sustentavam a rede de aviamiento para o interior findassem, comprometendo inevitavelmente as atividades que dela dependiam.

Neste contexto, marcado de um lado pelo enfraquecimento dessa rede de aviamiento e das atividades agroextrativistas nela baseadas e de outro pela ampliação do circuito comercial do açaí para o mercado urbano de Belém, as atividades relacionadas à extração e ao comércio desse fruto tornam-se progressivamente importantes no médio rio Pracuúba.

Nesse processo, as interações dos ribeirinhos com os açaizais adquirem uma nova dimensão. Como a obtenção de renda passa a depender cada vez mais desses açaizais, a interação começa a se orientar no sentido de aumento da produtividade. Disso resulta não apenas a conservação, mas a intensificação do manejo dos açaizais, prática que localmente é norteadada sobretudo pelo conhecimento empírico, adquirido na interação diária com o ecossistema local.

No âmbito das relações socioeconômicas, por sua vez, corporificam-se relações de trabalho e de comercialização diversas da época do aviamiento. Embora casos de exclusivismo e subordinação típicos dessa época ainda persistam, nota-se que a economia do açaí se estrutura, cada vez mais, com base na liberdade de compra e venda, o que se reflete na progressiva autonomia dos “proprietários” de açaizais em relação aos agentes comerciais. Uma descrição analítica dessas relações é feita a seguir, começando pelas interações concretas instauradas pelos ribeirinhos no e com os açaizais.

## O PROCESSO DE EXTRAÇÃO DO AÇAÍ

A extração do açaí, em termos amplos, não é uma atividade tão simples quanto parece. Envolve, inicialmente, a localização dos cachos maduros, o que nem sempre é fácil, dada a variedade de nuances dos frutos no açaizal. Em seguida, pressupõe a coleta dos cachos selecionados, fase na qual o extrator tem de escalar a palmeira e, depois, fazer a debulha dos cachos coletados (Figura 7.2) e a catação, etapa cuja finalidade principal é retirar os caroços que ainda não estão em condições de ser aproveitados. Assim, concretamente, a extração do açaí constitui um processo complexo que exige muita habilidade, experiência e cuidado do extrator, sob risco de cair da palmeira ou ser picado por serpentes que costumam ficar camufladas no meio das toiceiras.



Figura 7.2. Jovem extrator debulhando o açaí num paneiro de arumã. Foto: Marinho, 2004.

Na área do médio rio Pracuúba, esse processo adquire grande intensidade nos períodos do ano em que se registram as maiores quantidades de açaí amadurecido, ou seja, nas safras. Anualmente, ocorrem duas safras: uma abrange os meses de fevereiro e março e outra estende-se de maio até meados de novembro. Na primeira, conhecida localmente como safra do inverno, grande parte das palmeiras não frutifica e a extração é extremamente afetada pelas freqüentes chuvas que molham as palmeiras e dificultam a coleta dos cachos. Na safra do verão, esses empecilhos praticamente desaparecem, fato que, aliado à grande frutificação das palmeiras, aumenta de maneira exponencial a quantidade de açaí coletado.

Nesses períodos, a extração do fruto envolve toda a família. Esta, entendida como um grupo social que habita o mesmo espaço e tem por objetivos comuns a cooperação econômica e a reprodução (Simonian, 2003), apresenta como autoridade doméstica, geralmente, um casal, que distribui as atividades econômicas entre si e os filhos menores. Tal distribuição é definida, em linhas gerais, de acordo com o sexo e a idade de cada membro do grupo, o que não significa um rígido seccionamento de funções entre o

chefe da família, as crianças (geralmente meninos) e a esposa. Não obstante esta, em geral, desempenhar as atividades consideradas menos pesadas no açcaizal, também desenvolve os serviços domésticos praticamente sozinha.

Quando a família se desloca para os açcaizais, seja ela de um “sem-terra”, de um “pequeno” ou até mesmo de um “médio proprietário”, as tarefas são distribuídas, em geral, da seguinte maneira: ao homem (chefe da família) e às crianças cabe a coleta do açcaí e à mulher cabe a debulha e a catação. Na prática, entretanto, esta divisão de tarefas é muito fluida. Quando já existem muitos cachos de açcaí coletados, por exemplo, é comum que todos participem da debulha, visando terminar logo o serviço. As mulheres, por sua vez, também podem ajudar na coleta propriamente dita, embora, pelo observado, isto seja menos comum. Deste modo, nota-se que o sistema econômico praticado pelas famílias extratoras do médio Pracuúba, assim como outros grupos ribeirinhos da Amazônia, requer uma polivalência de conhecimentos e habilidades (Acevedo e Castro, 1998), o que é fundamental, em última análise, para a reprodução do grupo familiar.

Nas grandes propriedades, onde os açcaizais são constantemente manejados, um extrator pode chegar a coletar, com a ajuda dos filhos e da esposa, até 50 latas de açcaí por dia. Já nos açcaizais menores, esta quantidade pode baixar para 25 a 30 latas por dia (até o meio-dia). Mesmo assim, esse aproveitamento não é desprezível quando se leva em consideração que pouquíssimos extratores conseguem atingir a casa das 20 latas/dia, quando estão trabalhando sozinhos. Isto porque gastam muito tempo na tarefa da debulha e da catação, que são demoradas e maçantes.

Na prática, isto significa que o trabalho feminino e, em especial, o infantil são fundamentais para elevar a renda familiar. Todavia, o envolvimento de mulheres e crianças no processo extrativo tem um custo social. No caso das mulheres, este custo vem na forma da dupla jornada de trabalho, que elas têm de enfrentar diariamente. Em relação às crianças, especialmente as do sexo masculino, esse custo vem por meio de um processo de aprendizado precoce que as expõem à dura realidade extrativa desde os seis ou sete anos de idade.

Nesse sentido, pode-se dizer que a extração do açcaí, na área do médio rio Pracuúba, não é um trabalho tipicamente masculino e tampouco somente de trabalhadores adultos. A mão-de-obra feminina e a infantil são amplamente utilizadas nos açcaizais, sem praticamente nenhuma restrição. Mas esta complementaridade e polivalência típica dos grupos ribeirinhos amazônicos têm um preço: a sobrecarga de trabalho das mulheres e o envolvimento precoce das crianças numa atividade arriscada até mesmo para extratores mais experientes. Entretanto, no âmbito local, isso parece normal, pois já está enraizado nos costumes e contribui, em última análise, para a reprodução familiar.

## O MANEJO DOS AÇAIZAIS

O manejo dos açaiuais desenvolve-se especialmente nos meses de entressafra do açaí. Começa, assim, timidamente em setembro, quando este fruto escasseia, intensificando-se nos meses seguintes. Retrai-se em fevereiro e março, época na qual ocorre uma pequena safra de inverno, readquirido, após este período, um novo impulso até o final do mês de maio, quando a grande safra do verão se inicia.

Não se trata, entretanto, de um sistema de manejo baseado em orientações técnicas. Trata-se, isto sim, de sistemas de manejo tradicionais, respaldados essencialmente no conhecimento empírico e na representação que cada ribeirinho faz de seu açaiual, prática, aliás, comum às populações amazônicas (Acevedo e Castro, 1998; Rego, 1999). Por esta razão, concretamente, esses sistemas apresentam-se diversificados, embora o que os impulse seja o desejo de elevar a produtividade de açaí, não obstante a comercialização dos palmitos também se mostrar importante.

Mediante essa diversidade de manejo, é possível diferenciar pelo menos três grupos de açaiuais no médio rio Pracuúba. O primeiro deles, restrito basicamente às poucas grandes propriedades, é constituído de açaiuais em que se pratica uma espécie de “manejo intensivo” (Grossmann et al., 2004). Neste sistema, a vegetação de maior porte já foi completamente eliminada com a derruba e o anelamento das árvores,<sup>2</sup> ficando apenas o açazeiro. Por este motivo, as atividades que permanecem sendo praticadas nesses açaiuais são, basicamente, o corte da vegetação rasteira, por meio da roçagem, e o desbaste das toiceiras, por meio do abate das palmeiras excedentes.

Cabe destacar que esta última atividade é de suma importância para o processo de manejo, pois, além de reduzir a competição entre as palmeiras, o que eleva a produção de frutos, possibilita a geração de renda, pela comercialização do palmito abatido. Assim, permite aos “proprietários” de açaiuais obter recursos não apenas para custear o manejo, como para adquirir produtos fundamentais para a manutenção da família numa época de reconhecida dificuldade econômica.

Além do grupo de açaiuais intensivamente manejados, outro grupo que se destaca é aquele em que se desenvolve uma espécie de “manejo intermediário” (Grossmann et al., 2004). A principal característica desse sistema é a completa eliminação da vegetação sem valor econômico, conservando-se apenas as espécies que apresentam algum interesse comercial e/ou utilidade para as famílias, como a andirobeira (*Carapa guianensis* Aubl.) e a pracuibeira (*Mora paraensis* Ducke). Por isso, nesses açaiuais, a derruba e

---

<sup>2</sup> Trata-se de fazer um anel em torno do tronco das árvores, a fim de que sequem lentamente sem causar danos à vegetação subjacente.

o anelamento das árvores são seletivos e o desbaste das toiceiras constitui, também, atividade primordial.

No médio rio Pracuúba, este tipo de açazal é dominante, sendo que dois fatores contribuem para isto. O primeiro vincula-se à preocupação de se disponibilizar, na propriedade, outros recursos comercializáveis além do açaí, o que seria essencial na hipótese de enfraquecimento da economia desse fruto. O segundo relaciona-se à idéia amplamente aceita de que as palmeiras precisam de um pouco de sombra para que seus frutos fiquem bem “pretos”, ou seja, de ótima qualidade para a comercialização. Logo, percebe-se que o “manejo intermediário”, além de se basear em conhecimento empírico, envolve também estratégias que buscam garantir a reprodução social futura.

Ainda com relação ao grau de intervenção nos açazais, é possível discernir um terceiro grupo, no qual a intervenção se mostra ainda incipiente. Segundo Grossmann et al. (2004), predomina nesses açazais um sistema de “manejo moderado”, cuja principal característica é a retirada somente de algumas espécies da flora, consideradas indesejáveis por causa de espinhos, como os murumuruzeiros (*Astrocaryum murumuru*), por exemplo. Todavia, este sistema de manejo atualmente se mostra residual, devido às mudanças de mentalidade que apontam no sentido da ampliação dos açazais.

Verifica-se, então, que o manejo dos açazais no médio rio Pracuúba é uma atividade dinâmica. Ainda que apresente formas diferentes, o limite que separa cada uma delas é fluido, até mesmo dentro de uma única propriedade. Assim, o sistema “moderado” de hoje pode ser o “intermediário” ou o “intensivo” de amanhã – tudo depende do conhecimento empírico e da visão do “proprietário”<sup>3</sup> do açazal. Além disso, trata-se de uma atividade importantíssima do ponto de vista econômico, não apenas porque contribui para aumentar a produtividade de frutos, mas porque gera renda numa época de economia francamente enfraquecida.

## AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Além da extração do açaí e do manejo dos açazais, outras atividades como a caça, a pesca, a agricultura e o artesanato também são desenvolvidas no médio rio Pracuúba. Essas atividades, entretanto, voltam-se muito mais ao atendimento das necessidades de uso do que de troca. A exceção é o

---

<sup>3</sup> O uso das aspas, neste caso, busca expressar o sentido parcial com o qual o termo proprietário está sendo empregado, pois se refere a agentes (proprietário de açazal) que têm domínio sobre áreas que formalmente são de propriedade exclusiva da União, como as áreas de várzeas, por exemplo.

artesanato de rasas que, notadamente nas épocas de safra, se transforma num importante meio de obtenção de renda, em especial para as famílias que possuem apenas pequenos açazais ou que nada possuem.

A apropriação dos recursos da fauna ocorre particularmente por meio das caçadas. Localmente, a principal modalidade de caçada é a “lanternação”, a qual consiste em incursões noturnas na mata, nas quais o “lanternador” (caçador munido de lanterna e espingarda) busca abater determinadas espécies de mamíferos de hábitos noturnos, como o tatu-de-rabo-mole (*Lysiurus uncinctus*) e a paca (*Coelogenys paca*). Todavia, como se trata de uma prática feita geralmente em grupo e as caças almejadas atualmente se tornam cada vez mais raras e ariscas, o que é obtido nas “lanternações” direciona-se apenas para o consumo da família.

A pesca também é desenvolvida pelos ribeirinhos pracuubenses. Não se trata de uma atividade de grande porte, pois envolve apenas o uso de pequenas malhadeiras, sobretudo nos igarapés, onde capturam pequena quantidade de peixes, como a traíra (*Hoplias malabaricus*) e o jeju (*Hoplerythrinus unitaeniatus*). Mas, assim como no caso da “lanternação”, o produto da pesca volta-se predominantemente ao consumo familiar.

A agricultura de corte e queima, por sua vez, é praticada em particular nas terras de famílias que sempre tiveram tradição na produção de farinha. Nestas propriedades, nas áreas de terra firme, as roças são preparadas nos meses de junho e julho, queimadas e plantadas nos meses de agosto e setembro e desmanchadas no verão seguinte, sobretudo quando a safra do açaí começa a fracassar. Por se tratar de pequenas formas de cultivo, a maior parte da produção serve apenas para atender às necessidades domésticas, fato que não impede a venda de alguns quilos de farinha, de vez em quando.

Diferente desta atividade, bem como da caça e da pesca, é o artesanato de rasas (Figura 7.3), que são os recipientes em que o açaí é acondicionado do açazal até os locais onde é comercializado. Por isso, sobretudo no decorrer das safras, têm uma demanda elevada. Nesses períodos, o preço da rasa varia de R\$ 0,70 até R\$ 1,00. Há famílias que produzem até oitenta unidades por semana, conseguindo obter uma renda que, embora bastante inferior àquilo que se poderia com a extração do açaí, tem grande importância para quem não possui açazais.

Assim, não se pode deixar de reconhecer a importância do artesanato como uma atividade geradora de renda complementar para as famílias pracuubenses. Pode-se dizer o mesmo da caça, da pesca e da agricultura que, embora não sejam importantes na geração de renda, de vez em quando, sobretudo quando o açaí fracassa, contribuem para garantir o sustento das famílias. No fundo, isso mostra que a exploração econômica dos açazais ocorre de forma integrada a outras práticas, fato que permite a reprodução social mesmo quando a extração de frutos escasseia.



Figura 7.3. Acima, a artesã começando a tecer uma rasa e, abaixo, uma rasa já acabada. Foto: Marinho, 2004.



## AS RELAÇÕES DE TRABALHO NOS AÇAIZAIS

### As relações de trabalho na extração do açaí

As duas principais relações de trabalho estabelecidas entre “peconheiros”<sup>4</sup> e “proprietários” de açaiçais no médio rio Pracuúba são a meia e as taxas fixas. A primeira envolve principalmente “peconheiros” e “médios proprietários”, já a segunda estrutura-se basicamente entre “peconheiros” e “grandes proprietários”. Todavia, tanto num caso quanto no outro, o extrator é sempre submetido a mecanismos de exploração e, até mesmo, de coerção.

A meia é uma forma de contrato social muito comum nas relações de trabalho envolvendo extratores de açaí e “proprietários” de açaiçais na Ilha do Marajó. Na prática, concretiza-se por meio de um breve acordo entre o “peconheiro” e o “dono” do açaiçal, no qual, além de se comprometer em dividir a produção coletada, o extrator abdica tacitamente de comercializar a parte do açaí que lhe cabe (Mourão, 1999; Nascimento, 1999). Nestes termos, quando o extrator apanha dez latas de açaí, cinco latas ficam para ele e cinco vão para o “dono” do açaiçal, agente que, geralmente, só efetua o pagamento ao extrator depois de comercializar toda a produção.

Mesmo assim, embora se fundamente nesses mecanismos, esta relação é aceita pelos “peconheiros” como uma relação justa. Eles não manifestam descontentamento quanto a ela e muito menos quanto aos “proprietários” que a adotam como regra em seus açaiçais. Isto porque a meia já se “naturalizou”, ou seja, já se tornou tão comum que mesmo aqueles agentes que são desfavorecidos por ela não a questionam, deixando-se levar pela força da expressão que sugere igualdade.

Além da meia, outra relação de trabalho que se estabelece nos açaiçais pracuubenses é o pagamento de taxas fixas. Esta relação social caracteriza-se fundamentalmente pelo fato de o “peconheiro” receber apenas uma pequena parcela do valor de cada lata de açaí que extrai, independentemente das variações de preço desse produto. Nesta relação, não interessa ao “peconheiro” se a lata do açaí vai ser vendida a R\$ 5,00 ou a R\$ 10,00, pois sabe que o pagamento que vai receber por cada uma delas se mantém imutável diante das flutuações de preço tão comuns no decorrer da safra.

Em visita a uma das três propriedades em que essa relação se estabelece, constatou-se que, de junho até meados de agosto de 2004, o “peconheiro” recebia apenas R\$ 2,00 por lata de açaí extraída. Contudo, neste mesmo período, o preço desta unidade de medida sempre se manteve em torno de R\$ 8,00, no próprio rio Pracuúba. Em Belém, onde o açaí dessa propriedade era negociado, obtinham-se preços ainda melhores. Mesmo assim, tomando

---

<sup>4</sup> Esta expressão, no médio rio Pracuúba, é usada para designar os extratores que atuam nos açaiçais de outrem.

como referência o preço de R\$ 8,00 verifica-se que, a cada lata comercializada, 75% (R\$ 6,00) do preço fica com o “dono” do açazal, ao passo que somente R\$ 2,00, ou seja, 25% daquele valor vai para o extrator. Assim, para cada quatro latas que extrai, o “peconheiro” recebe apenas o equivalente a uma.

O estabelecimento dessa relação tão desigual não se encontra, entretanto, desprovido de justificativas. A principal delas fundamenta-se na necessidade de manejo dos açazais. Segundo os “proprietários”, a despesa para manter um açazal limpo e apto para produzir mais frutos é muito grande. Como não trabalham com financiamento de nenhum banco, argumentam que não podem melhorar o pagamento dos “peconheiros”, ainda que, assim mesmo, expressem em seus discursos a idéia de que ajudam esses extratores, até dividindo seus ganhos com eles.

É sempre o pessoal daqui que apanha. Eles chegam dizendo eu quero defender o da bóia, aí eu digo: pois não, vamos comer juntos (...). Eu pago pra eles por lata. Conforme o preço, eu pago um real, dois reais, não posso pagar muito porque a gente tem de ganhar o da gente e a despesa é muito grande para fazer um trabalho desse [entenda-se manejo do açazal]. (Entrevista, agosto de 2004)

Esses “proprietários” de açazais não mencionam, entretanto, que o palmito extraído na atividade do manejo contribui para financiar essa atividade. Levando em consideração este fato, o argumento de que não se pode melhorar o pagamento dos “peconheiros” por causa do manejo torna-se bastante fragilizado, sobretudo quando se verifica que essa atividade, em tais açazais, está resumida, em grande parte, ao desbaste das toiceiras, como mostrado. Este argumento, portanto, não serve para justificar a deterioração do pagamento dos “peconheiros”, pois nessas propriedades o manejo, muitas vezes, até se autofinancia.

Assim, com uma breve análise das principais modalidades de relações de trabalho estabelecidas na extração do açá, percebe-se que existe um discurso persuasivo buscando justificá-las. Daí muitas vezes nem serem reconhecidas pelos “peconheiros” como relações desiguais e, mesmo quando isto ocorre, devido ao fato de a espoliação do trabalho tomar feições extraordinárias, esses extratores nem sempre podem escapar porque a situação em que se encontram não permite.

## As relações de trabalho no manejo dos açazais

O manejo dos açazais no médio rio Pracuúba é praticado em propriedades de todos os tamanhos. Nas de menor extensão, a atividade envolve basicamente a mão-de-obra familiar, ainda que em determinados momentos envolva também relações de ajuda mútua. Nas médias e nas grandes propriedades, além da mão-de-obra familiar, o manejo pressupõe a contrata-

ção de trabalhadores adicionais, cuja remuneração diária é de R\$ 12,00. Portanto, essa atividade não se fundamenta em relações assalariadas, mas no trabalho familiar, envolvendo, às vezes, relações de ajuda mútua, e na contratação de trabalhadores diaristas, o que nem sempre é fácil, devido ao baixo pagamento oferecido.

Desta maneira, nas pequenas propriedades, o manejo é desenvolvido basicamente pelo chefe da família e seus filhos, sobretudo aqueles que ainda lhe rendem obediência. Isto se verifica especialmente na etapa de desbaste das toiceiras, atividade cuja possibilidade de geração de renda a torna de suma importância para a reprodução familiar na época de entressafra do açaí. Contudo, o manejo para a ampliação dos açazais pressupõe outras atividades mais pesadas, nas quais a presença de mais braços é essencial para que o trabalho avance.

Este é o caso da derruba e da roçagem, atividades que, além de mais trabalhosas do que o desbaste das toiceiras, não geram nenhum retorno econômico imediato. Para desenvolver tais atividades, a contratação de mão-de-obra adicional torna-se de grande importância. Mas isto é geralmente inviável para o “pequeno proprietário”, pois os R\$ 12,00 que terá de pagar ao trabalhador, além da alimentação, pesam no orçamento doméstico. Nessas circunstâncias é que alguns “pequenos proprietários” recorrem à ajuda de seus parentes e vizinhos.

A principal forma de ajuda mútua identificada nesse sentido é a troca de dias. Trata-se de uma relação em que, aglutinados em pequenos grupos de trabalho, cada “pequeno proprietário” se responsabiliza em prestar serviço espontaneamente na terra dos outros, recebendo em troca não o dinheiro, mas o trabalho dos demais membros que compõem o grupo. Neste esquema, tais grupos funcionam como pequenos circuitos de troca (Maués, 1993) nos quais prevalecem relações mútuas e desmonetizadas.

O envolvimento nesses grupos, para vários “pequenos proprietários”, é o que permite a ampliação de seus açazais. Daí a constatação de que esse tipo de relação, além de se manter, continua sendo muito importante para a socialização e a reprodução familiar no interior amazônico. No entanto, deve-se ressaltar que a troca de dias é uma relação que se restringe apenas aos “donos” de pequenos açazais.

Nas médias e grandes propriedades esse tipo de relação não existe. Nestas, devido à extensão dos açazais, o manejo envolve, além da mão-de-obra familiar, a contratação de trabalhadores diaristas. Contudo, isto nem sempre é fácil. Primeiro, porque boa parte dos potenciais trabalhadores não é excluída da terra. E segundo porque, mesmo na época de entressafra, ninguém simpatiza com a idéia de se mortificar o dia inteiro para receber R\$ 12,00, dinheiro que nem sempre dá para comprar a bóia da família.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Só para se ter uma idéia, no médio rio Pracuúba, durante a pesquisa de campo, 1 kg de charque (carne seca) custava R\$ 8,00 e 1 kg de farinha era vendido a R\$ 1,20.

Em face desta resistência, sobretudo os “grandes proprietários” usam de astuciosas estratégias para recrutar os trabalhadores, como se observa a seguir.

(...) aí eu ideiei como limpar este mato. Um mato grande, só eu, aí eu chamei o pessoal e disse: bem, vocês querem trabalhar, vamos limpar o mato prá nós apanhar o açaí. Ninguém topou. Aí eu disse: bem pessoal, eu vou fazer o seguinte com vocês: eu pago a diária de vocês, eu dou a bóia pra vocês, agora eu quero que todo mundo que apanha açaí no meu mato me venda um dia da semana, um dia só. Agora vai ter um detalhe: eu tô com setenta e poucos “peconheiros”, aquele que não vim ajudar a trabalhar no mato, ele pode ter a vaga dele ou ele pode não ter, porque vai ter vaga só para quem me ajudar no mato (...). (Entrevista, agosto de 2004)

Como se vê, inicialmente, o “proprietário” do açazal sugere que a responsabilidade do manejo é de todos, como se o açazal fosse área de uso comunitário. Somente depois da recusa dos trabalhadores é que ele se responsabiliza pelas despesas do manejo, mas como se estivesse assumindo um compromisso de todos sozinho. Por isso, em contrapartida, exige que os seus “peconheiros” trabalhem no manejo, caso contrário não terão suas vagas asseguradas na safra do açaí vindoura, ou seja, mesmo estabelecendo relações de trabalho extremamente desiguais na extração, o “grande proprietário” ainda consegue coagir seu “peconheiro” para atuar no manejo. Isto se dá graças ao ganho relativamente rápido obtido com a coleta do açaí, mesmo que nesta atividade as relações sejam também muito desiguais.

Logo, observa-se que, ao lado de relações de reciprocidade, que nada têm a ver com a identidade objetiva envolvida na troca mercantil (Abramovay, 1992), a implementação do manejo também envolve formas de subordinação da força de trabalho. Subordinação esta que não se dá propriamente pela expropriação da terra, mas pelo fato de os trabalhadores que atuam na extração serem os mesmos que são chamados para trabalhar no manejo. Assim, são obrigados a aceitar este trabalho sob a ameaça de não poderem atuar na próxima safra. Constata-se, portanto, que as relações de trabalho nos açazais são articuladas e fortemente “personalizadas”, sendo inútil tentar compreendê-las sem considerar aspectos que extrapolam a simples racionalidade econômica.

## OS AGENTES ECONÔMICOS E A COMERCIALIZAÇÃO DO AÇAÍ

### Os marreteiros de açaí

Os marreteiros de açaí que atuam no médio rio Pracuúba são agentes econômicos que apresentam grande mobilidade e senso de oportunismo para aproveitar as brechas que o mercado oferece. Em geral, dedicam-se

apenas à comercialização do açaí, mas, eventualmente, alguns também vendem mantimentos, sobretudo peixe e frango. A diversidade entre eles, contudo, vai além, sendo possível identificar pelo menos três categorias, que são denominadas aqui “marreteiros da beirada”, “freteiros” e “barqueiros”.

A categoria dos “marreteiros da beirada” agrupa um grande número de pequenos marreteiros que atua na compra e venda do açaí ali mesmo, no próprio Pracuúba. Comumente, possuem pequenas embarcações, nas quais se deslocam no rio para cima (montante) e para baixo (jusante), encomendando e negociando os frutos com os “proprietários” de açazais. Embora contem com prestígio e poder de compra, o que particulariza esses marreteiros é o fato de comprarem o açaí para os “barqueiros” ou para os grandes “freteiros”, recebendo uma comissão sobre cada lata comprada.

Os “freteiros”, por sua vez, são marreteiros que, embora não disponibilizem de grandes embarcações, vendem açaí nos mercados urbanos, mediante o pagamento de uma taxa por lata transportada, chamada localmente de frete. O preço dessa taxa varia de acordo com a distância da viagem e com os acertos entre o “freteiro” e o dono ou encarregado das embarcações. Na safra do verão de 2004, o preço do frete para Belém e Abaeté era R\$ 1,00; para Santana, no Amapá, cobrava-se R\$ 1,50.

A terceira categoria de marreteiros que atua na economia do açaí é a dos “barqueiros”. Estes, como a expressão sugere, são atravessadores que viajam em embarcações particulares ou alugadas, transportando os carregamentos de açaí até as cidades. Diferentemente da fase embrionária da economia desse fruto, na qual o dono da embarcação costumava monopolizar o transporte, os “barqueiros” de hoje, além da produção própria, também transportam o açaí dos “freteiros”. Com isso, ganham o frete, rendimento que muitas vezes não apenas cobre as despesas de viagem, como ainda possibilita ganho adicional.

Como se percebe, os marreteiros de açaí não atuam isoladamente, nos dias atuais. Ao contrário, agem por meio de variados arranjos estruturais que se formam de acordo com as afinidades e possibilidades de ganho que cada um oferece. Embora sejam diferentes e concorram acirradamente entre si, esses agentes econômicos dependem, de fato, continuamente uns dos outros para se manterem como tal.

## As relações entre marreteiros de açaí e “proprietários” de açazais

A comercialização do açaí, no médio rio Pracuúba, desenvolve-se, em geral, com base no princípio da liberdade de compra e venda. Isto se observa nas transações envolvendo a maioria dos “proprietários”, com exceção daqueles que possuem grandes açazais, que geralmente negociam o açaí

nas cidades. Ainda assim, nos interstícios dessas transações, persistem determinados mecanismos pelos quais a venda do açaí se confunde com um conjunto de prestações pessoais (Abramovay, 1991), vinculadas a relações de subserviência. Portanto, embora pareça funcionar inteiramente sob o princípio da livre concorrência, a comercialização do açaí ainda encerra relações personalizadas, que evidenciam a maneira incompleta pela qual os mecanismos de mercado ainda se apresentam.

Nas safras, entretanto, este aspecto é pouco visível. A intensa movimentação dos marreteiros em busca do açaí ofusca as relações de subserviência, de sorte que todas as transações envolvendo esses agentes e os “proprietários” de açazais parecem se estabelecer com base na concorrência, como se observa na “encomenda” e, sobretudo, no ato da transação propriamente dita.

A “encomenda” é o primeiro contato entre os “marreteiros da beirada” ou os “freteiros” e os “médios” e “pequenos proprietários”. Neste contato, os marreteiros externalizam seu interesse na compra do açaí, dizendo o preço que estão pagando na lata e a hora em que passam na beirada. Os “proprietários”, por sua vez, geralmente especulam, afirmando que o preço está baixo ou que já têm outras “encomendas”, a fim de que o marreteiro melhore sua proposta. Ao final deste breve diálogo, quase sempre chegam a um acordo provisório, no qual o “proprietário” se compromete a negociar uma parte ou a totalidade da produção, desde que o preço oferecido seja bem generoso.

Em geral, os marreteiros fazem a “encomenda” pela manhã. Primeiro porque se a fizerem com um dia de antecedência, o “proprietário” do açazal pode começar a coletar o açaí desde então, o que é prejudicial para a qualidade do fruto. E segundo porque, pela manhã, determinados marreteiros já sabem como está a comercialização do açaí nas feiras urbanas, tendo feito ligações telefônicas<sup>6</sup> para as cidades. Com isso, podem elaborar suas metas e estratégias de compra, sempre tentando escapar dos constantes riscos presentes nessa atividade.

Todavia, a “encomenda” não envolve nenhum mecanismo que mantenha o “proprietário” dependente do marreteiro. Neste acordo, geralmente, estes não ficam com rasas e muito menos com dinheiro dos marreteiros. Por esta razão, no fundo, a “encomenda” não passa de um simples acerto verbal, que se presta muito mais para motivar a coleta do açaí do que para assegurar sua venda a determinado marreteiro.

No médio rio Pracuúba, a fluidez na comercialização do açaí verifica-se notadamente nas ocasiões de concorrência acirrada. Em tais ocasiões, pela manhã, é comum que os “proprietários” de açazais se comprometam com determinado marreteiro e mais tarde, por volta do meio-dia, negociem o

<sup>6</sup> Na ocasião da pesquisa, constatou-se que dos 207 estabelecimentos contabilizados no médio rio Pracuúba, 19 (9,17%) já tinham antena telefônica.

açaí com outro que, embora não lhes tenha feito a “encomenda”, dispõe-se a pagar vinte ou trinta centavos acima do preço acertado anteriormente por cada lata. Como afirma um experiente marreteiro, “a melhor coisa que se pode fazer é não acertar nenhum preço na hora da ‘encomenda’, é melhor dizer que você paga o mesmo preço que os outros estão pagando”.

Esta preocupação dos marreteiros evidencia que o extrativismo do açaí, na área em apreço, é uma atividade desenvolvida cada vez mais por proprietários autônomos (Rego, 1999), com liberdade para negociar sua produção com quem lhes oferecer o melhor preço. Diferentemente da fase embrionária, na qual poucos compradores ditavam a forma de pagamento (em geral, a troca de mercadorias), a maioria dos “proprietários” pode, atualmente, escolher com quem vai negociar e o preço que mais lhe agrada.

Todavia, ainda se reproduzem nesse ambiente econômico determinadas transações cujos princípios escapam à liberdade de compra e venda. São transações em que a comercialização do açaí se desenvolve sob o princípio do exclusivismo, no qual os preços não são determinados no âmbito da concorrência, mas pelos agentes comerciais.

Em geral, essas transações estabelecem-se no início das safras, quando é comum que “pequenos proprietários” procurem um “barqueiro” a fim de que este compre para eles pequenos motores marítimos em Belém. Como não têm dinheiro suficiente para pagar esses motores à vista, esses “pequenos proprietários” comprometem-se a entregar todo o açaí que extraírem na safra para o fiador (o “barqueiro”) até que a dívida seja quitada. Todavia, quando aceita a proposta, este agente econômico sempre avalia a produção que recebe abaixo do preço. Com isto, é comum que o agente devedor, ao final da safra, precise vender o palmito de seu mato para o fiador até que sua dívida seja paga.

Neste sentido, constata-se que o princípio da liberdade de compra e venda não está plenamente consolidado no comércio do açaí. Embora se manifeste em grande parte das transações subjacentes a ele, persistem casos fundados em relações de subordinação que nos fazem lembrar o antigo sistema de aviamento. É com base nesse tipo de relação que determinados agentes comerciais ampliam seus ganhos exponencialmente, o que mostra que as relações de mercado se manifestam ainda de maneira parcial no comércio do açaí.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se evidenciou no início deste trabalho, encontram-se bastante em voga interpretações que apontam o desaparecimento do extrativismo na Amazônia. Tais interpretações indicam que esta atividade, além de primitiva, é insustentável tanto do ponto de vista ambiental, quanto socioeconômico.

mico. Por esta razão, não apenas criticam a permanência, como antevêm o fim de tal atividade na região.

Ao contrário dessas abordagens, entretanto, estudos mais recentes vêm mostrando a emergência da extração de produtos florestais, como o açaí, por exemplo, em diversas áreas do estuário amazônico. Nessas áreas, a extração desse fruto, ainda que tenha sido ameaçada nos anos 70 e 80 pela desenfreada extração de palmito, reafirma-se atualmente como uma atividade de extrema importância para a reprodução social das famílias ribeirinhas. Importância esta relacionada não apenas ao valor alimentar do “vinho” do açaí, mas à geração de renda decorrente da sua comercialização.

Neste sentido, percebe-se como as interpretações que antevêm o fim do extrativismo na Amazônia são limitadas. Embora possam apresentar alguma validade para o estudo de processos extrativos predatórios, como ocorreu no caso do palmito, de nada servem para o caso da extração de recursos como o açaí, porque não permitem visualizar o conhecimento tradicional que norteia essa atividade, assim como a sua indiscutível importância socioeconômica atual.

Nos açazais do médio rio Pracuúba, tais aspectos mostram-se com grande evidência. Verificou-se que o extrativismo do açaí não é tão simples (primitivo) quanto parece e, além disso, está intrinsecamente articulado às diversas formas de manejo dos açazais. Isto porque constituem atividades fundamentadas em um mesmo conhecimento de base empírica, acumulado pelos ribeirinhos na sua permanente interação com a natureza. Nesses termos, o incremento do manejo não descaracteriza e tampouco determina o fim do extrativismo do açaí, mas constitui, na verdade, um salto de qualidade no interior da própria atividade extrativa, resultante do conhecimento e do “olhar” dos ribeirinhos sobre os açazais.

Por sua vez, na esfera socioeconômica, o quadro é complexo, envolvendo tanto relações desiguais, como a meia e o pagamento de taxas fixas, quanto relações de reciprocidade, como a troca de dias. Na comercialização do açaí, em particular, observa-se a crescente autonomia dos “proprietários” de açazais em relação aos marreteiros de açaí, ainda que transações típicas da patronagem persistam. Ou seja, tomado-se de um ponto de vista concreto, o extrativismo do açaí envolve relações diversificadas que não se fundamentam apenas na exploração, mas na liberdade de compra e venda e até mesmo na cooperação. Com isto, a visão do extrativismo atrelado apenas à manutenção de relações desiguais mostra-se extremamente limitada, pois deixa de considerar, além da reciprocidade, a crescente autonomia dos ribeirinhos na comercialização desse fruto.

No entanto, é importante destacar que o crescente interesse de agentes empresariais capitalizados tende a intensificar as mudanças na economia do açaí. Em certa medida, isto já se verifica em Muaná, município vizinho de São Sebastião da Boa Vista. Ali, uma indústria voltada à produção da polpa



desse fruto, a “Muaná Alimentos Ltda.”, já está interferindo na organização espacial das comunidades ribeirinhas locais, com a aquisição de terras para a produção de açaí e palmito (Brabo, 2002). A intensificação da atuação desses agentes, assim, representa uma grande ameaça principalmente à autonomia que os ribeirinhos vêm adquirindo do declínio das tradicionais relações de aviamento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEVEDO MARIN, R. E., CASTRO, E. M. R. *Negros do Trombetas: guardiões das matas e rios*. 2.ed. Belém: Cejup; UFPA, 1998.
- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas: Hucitec; Anpocs; Unicamp, 1992.
- ALLEGRETTI, M. H. La región amazónica y las actividades extrativas. In: CLÜSENER-GODTT, M., SACHA, I. (orgs.). *Extractivismo en la amazonia brasileña: perspectivas sobre el desarrollo regional*. Paris: Compendio MAB 18-Unesco, 1994.
- AMIN, M. M. O extrativismo como fator de empobrecimento da economia do Pará. In: XIMENES, Tereza. (org.). *Perspectivas do desenvolvimento sustentável (uma contribuição para a Amazônia 21)*. Belém: UFPA; Naea; Unamaz, 1997.
- ARAMBURU, M. Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n.25, p.82-98, 1994.
- ARZENI, S., JARDIM, M. A. G. Estratégias de sobrevivência em comunidades agroextrativistas de estuário amazônico. In: JARDIM, M. A. G., MOURÃO, L., GROSSMAN, M. (orgs.). *Açaí: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004.
- BENCHIMOL, S. Amazônia interior: apologia e holocausto. In: COSTA, J. M. M. da (org.). *Amazônia: desenvolvimento ou retrocesso*. Belém: Cejup, 1992.
- BRABO, D. B. *Agroindústria e extrativismo no estuário amazônico: contribuições acerca da extração do açaí em Muaná, Arquipélago de Marajó*. Belém, UFPA, 2002. (Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura e bacharelado em Geografia).
- CALZAVARA, B. B. G. As possibilidades do açaizeiro no estuário amazônico. *Boletim da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará*. Belém. n.5, p.1-103, 1972.
- DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- GROSSMANN, M. et al. Planejamento participativo visando a um manejo sustentável dos açaizais no estuário amazônico e regulamentações oficiais. In: JARDIM, M. A. G., MOURÃO, L., GROSSMANN, M. (orgs.). *Açaí: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004.
- HIRAOKA, M. Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário amazônico. In: FURTADO, L., LEITÃO, W., MELLO, A. F. (orgs.). *Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.
- HOMMA, A. K. O. A (in)racionalidade do extrativismo vegetal como paradigma de desenvolvimento agrícola para a Amazônia. In: COSTA, J. M. M. da (org.). *Amazônia: desenvolvimento ou retrocesso*. Belém: Cejup, 1992.

- MAUÉS, M. A. M. *"Trabalhadeiras" e "camaradas": relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica*. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFGA, 1993.
- MOURÃO, L. *Do açaí ao palmito: uma história ecológica das permanências, tensões e rupturas no estuário amazônico*. Belém: Naea; UFGA, 1999. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido).
- NASCIMENTO, M. J. C. *Frutos de açaí e mercado informal*. Belém: UFGA; Naea, 1999.
- NETO, J. S. *Reconceitualização do extrativismo na Amazônia: práticas de uso comum dos recursos naturais e normas de direito construídas pelas quebradeiras de coco*. Belém: Naea; UFGA, 1997 (Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento).
- NOGUEIRA, O. L. *Regeneração, manejo e exploração de açaizais nativos de várzea do estuário amazônico*. Belém, UFGA, 1997. 149f. (Tese de Doutorado em Ciências Biológicas).
- OLIVEIRA FILHO, J. P. O caboclo e o bravo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira Amazônia no século XIX. *Encontros com a Civilização Brasileira*. v.11. p.101-40, 1979.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA (SECON). *Volume ofertado a nível de comercialização de açaí nos portos municipais*. Belém, 2003.
- REGO, J. F. do. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. *Poema Tropic*. Belém. n.4, p.34-7, 1999.
- SIMONIAN, L. T. L. Reflexiones sobre la familia en la fronteira amazônica: idealizaciones, contradicciones y tendencias actuales. In: TOVAR-ROJAS, P. (org.). *Familia, genero y antropología: desafios y transformaciones*. Bogotá: CANH, 2003.
- TEIXEIRA, C. C. T. *O aviamento e o barracão na sociedade do seringa* (estudo sobre a produção extrativa na Amazônia). São Paulo: USP, 1980. Tese (Mestrado em Sociologia).